

## **RELAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE GLOBAL E FATORES DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DE 134 PAÍSES**

**Leidiane Andreola Dalla Vecchia**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

E-mail: [leidiane.vecchia@unochapeco.edu.br](mailto:leidiane.vecchia@unochapeco.edu.br)

**Rodney Wernke**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

E-mail: [rodneywernke1@hotmail.com](mailto:rodneywernke1@hotmail.com)

**Antonio Zanin**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

E-mail: [zanin@unochapeco.edu.br](mailto:zanin@unochapeco.edu.br)

**Linha Temática:** Controladoria no Setor Privado

### **RESUMO**

Objetivou verificar a relação de fatores do ambiente institucional com o indicador de competitividade global (GCI) no ano de 2016. Para tanto, foi realizada pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa em uma amostra de 134 países listados no Relatório de Competitividade Global e no Relatório de Percepção da Corrupção. Como variável dependente foi utilizado o índice de competitividade global (GCI) e como variáveis explicativas do ambiente institucional foram considerados o índice de percepção da corrupção (IPC), o PIB per capita (em US\$) e a carga tributária de cada país. Os dados foram analisados através de estatística descritiva, correlação de Person e regressão linear múltipla. Os resultados evidenciaram que a competitividade global está positivamente correlacionada com o índice de percepção da corrupção e o crescimento econômico e que os continentes americano, asiático e europeu apresentaram resultados estatisticamente significantes quando relacionados à competitividade. Ainda, dessumiu-se que os países com maior grau de competitividade estão menos propensos à corrupção e que as nações mais competitivas apresentam tendência de um maior crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Competitividade. Corrupção. Carga tributária.

### **1. INTRODUÇÃO**

A competitividade internacional tem sido uma grande preocupação do pensamento econômico e vem recebendo a atenção de cientistas, governantes e empresas. As origens teóricas do conceito de competitividade podem ser rastreadas na economia de países estrangeiros e no bem-estar econômico nacional e internacional. Em termos globais, as organizações econômicas internacionais identificam o aumento da competitividade das nações como um pré-requisito para a estabilidade, para o crescimento da economia e para a integração maior das nações em desenvolvimento nos fluxos econômicos internacionais (VOINESCU; MOISOIU, 2014).

Quanto ao significado de competitividade, o Relatório de Competitividade Global define-a como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de uma economia e que indica o nível de prosperidade que o país pode alcançar. Com isso, os economistas concordam que a produtividade é um fator determinante para a prosperidade a longo prazo e o principal aspecto que explica as diferenças de renda entre países. Ser competitivo também significa ser resiliente, manter altos padrões de vida e se

adaptar às intempéries (como crises financeiras) ou às novas realidades mercadológicas como a globalização comercial ou tecnologias disruptivas (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016).

A atratividade de um determinado país também depende de aspectos como impostos corporativos, tamanho do mercado, infraestrutura, serviços governamentais, instituições jurídicas, regulamentação, produtividade do trabalho, custos trabalhistas e geografia, entre outros fatores (CLAUSING, 2016). Portanto, a competitividade está diretamente relacionada ao desenvolvimento do ambiente institucional de um país (PALEI, 2014) e as nações mais competitivas tendem a apresentar um ambiente institucional desenvolvido (ULMAN, 2014).

Por outro lado, o investimento global e a interação entre os países aumentaram a demanda para estudos sobre a corrupção. Em decorrência disso, investidores, bancos e empresas multinacionais têm interesse em compreender a corrupção e a sua relação com os aspectos financeiros, organizacionais e políticos nos países para avaliar os potenciais riscos e oportunidades (KIMBRO, 2002). Nesse rumo, a corrupção é um complexo problema social e político, sendo um fenômeno que prevalece em todos os países com graus variados (ROHWER, 2009) e se pode perceber a existência de uma institucionalização da corrupção em vários ramos da vida social e corporativa (SCOTT, 1995). Desse modo, a corrupção é um problema mundial que se tornou um incômodo público em sociedades cujos mercados estão internacionalizados (YANG, 2014). Provavelmente em razão disso é que o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional ganhou crescente importância nessa área, sendo que este indicador é publicado desde 1995 e objetiva fornecer informes sobre a percepção de corrupção nos países em desenvolvimento (LAMBSDORFF, 1999).

Entretanto, Case, Fair e Oster (2011) argumentam que, além da corrupção, cabe considerar que os instrumentos de gestão econômica variam de país para país, pois em nações desenvolvidas as leis tributárias podem ser alteradas objetivando estimular a poupança, incentivar determinados tipos de investimentos ou até mesmo para redistribuir renda; enquanto que em muitos países em desenvolvimento não há políticas fiscais efetivas.

Diante do exposto, esta investigação pretende responder à seguinte questão de pesquisa: qual a relação entre fatores do ambiente institucional (como carga tributária, índice de percepção de corrupção e crescimento econômico) e a competitividade global dos países? Para tal finalidade, o objetivo deste estudo é verificar a relação entre os citados fatores do ambiente institucional e o indicador de competitividade global (GCI) no ano de 2016.

Um estudo com esse enfoque se justifica porque as economias enfrentam vários riscos e oportunidades, sendo que o aumento da instabilidade dos fluxos de mão de obra e de capital entre as nações faz com que os governantes direcionem suas atenções para diversos *rankings* de mensuração da competitividade visando melhorar aspectos relevantes de seus países. No âmbito global a competitividade é um pré-requisito para a estabilidade e o crescimento econômico, além do que a população considera a comparabilidade entre as nações uma oportunidade de negócio, bem como uma forma de compreender o *status* da nação a qual integra, o que a ajuda a moldar suas expectativas quanto às políticas governamentais (VOINESCU; MOISOIU, 2014). Além disso, pesquisas acerca da competitividade apresentam um enfoque voltado para a competitividade nas organizações, havendo poucos estudos que utilizam o GCI como métrica para competitividade das nações. Embora o processo de competitividade não seja novo, o contexto real e as fontes que o nutrem são diferentes (ULMAN, 2014). Assim, o ambiente institucional é um fator crucial, pois propicia às empresas acesso à inovação e considera a competitividade como uma estratégia nacional (MACERINSKI; GAUKHAR, 2011).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A competitividade pode ser definida como um conjunto de políticas, instituições e fatores que determinam a produtividade de um país (SALA-I-MARTIN *et al.*, 2013). O

principal objetivo da competitividade é melhorar o padrão e a qualidade de vida da população, pois induz os países à criação de um bom desempenho financeiro nacional, além de proporcionar bem-estar para os cidadãos e prosperidade sustentável para a economia (NICOLETA; ALEXANDRU, 2015). Porém, o conceito de competitividade envolve componentes estáticos e dinâmicos, onde os fatores são interligados e o nível de produtividade de um país determina a sua capacidade de sustentar um alto nível de renda e prosperidade, além de ser um dos aspectos centrais do retorno sobre o investimento. Assim, uma economia mais competitiva possui maior potencial de crescimento ao longo do tempo (WORLD ECONOMICS FORUM, 2016).

Uma das formas de mensurar a competitividade de uma nação é o Índice de Competitividade Global (GCI). Publicado pelo World Economics Forum (WEF) desde 1979, trata-se da avaliação mais abrangente do mundo no que se refere à competitividade das nações na atualidade. Ao fornecer uma ferramenta para identificar pontos fortes e fracos e rastrear o progresso, o relatório serve para informar e apoiar as decisões políticas, as empresas e a sociedade civil no desenvolvimento de uma visão compartilhada e voltada para o longo prazo. Nesse caso é pertinente considerar que o aumento da competitividade é um processo complexo que muitas vezes é prolongado e exige compromissos difíceis, bem como a consideração cuidadosa para realização de reformas de maneira sequenciada e espaço para ajustes em condições de mudança. Dirigir o curso para uma maior competitividade requer vigilância e compromisso de todas as partes interessadas ao longo do processo e o relatório de competitividade serve como guia e ferramenta de monitoramento (WORLD ECONOMICS FORUM, 2016).

Cabe salientar, ainda, que o GCI foi criado com o objetivo de incorporar no conceito de competitividade diferentes níveis da abordagem para esta problemática. Para tanto, o Índice de Competitividade Global (GCI) envolve 138 países de todas as regiões do mundo e emprega dados oriundos de organismos oficiais e de instituições supranacionais, entre os quais se destacam o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (WORLD ECONOMICS FORUM, 2016).

Portanto, tal relatório é assentado em doze pilares: instituições; infraestrutura; macroeconomia; saúde e educação básica; ensino superior e técnico; eficiência dos bens de mercado; eficiência no mercado de trabalho; desenvolvimento do mercado financeiro; prontidão tecnológica; tamanho do mercado; sofisticação empresarial e inovação. Para cada um desses pilares o relatório contempla subíndices que estão em linha com as três etapas principais de desenvolvimento: requisitos básicos, potencializadores de eficiência e fatores de inovação e sofisticação. Os três subíndices recebem pesos diferentes no cálculo do índice geral, dependendo do estágio de desenvolvimento de cada economia, conforme o PIB per capita e a participação das exportações representadas pelas matérias-primas minerais (WORLD ECONOMICS FORUM, 2016).

Adicionalmente cabe ressaltar que a competitividade é aprimorada também pelas ações de instituições públicas e, por isso, é importante que essas instituições tenham suas ações pautadas no bem-estar econômico (ULMAN, 2014). Portanto, para que um país seja mais competitivo é imprescindível melhorar a eficácia do seu ambiente institucional, cujos principais fatores são comentados na sequência.

## **2.1 Fatores do ambiente institucional**

Há vários fatores que influenciam a competitividade de um país, como o ambiente macroeconômico, a economia, as instituições e os impostos (ULMAN, 2014). Contudo, nesta pesquisa foram priorizados apenas três fatores do ambiente institucional (corrupção, carga tributária e crescimento econômico) conforme evidenciado a seguir.

No caso da corrupção, o processo de globalização implica em uma internalização das práticas comerciais e estas, muitas vezes, são acompanhadas pela corrupção, um fenômeno que já faz parte do cotidiano da sociedade e das organizações. A relevância da corrupção implica na sua capacidade de influenciar a economia à medida que corrói o direito de propriedade e causa tensões nas instituições políticas. Um ambiente instável, onde a corrupção prevalece, tem como consequência o aumento dos custos e do risco do investidor (AMEIXEIRA, 2013).

A corrupção enfraquece as instituições sociais, retarda o crescimento econômico e desvia fundos que poderiam ser utilizados para proporcionar alimentos, saúde e alívio da pobreza ou serem aplicados em projetos de melhoria da educação (HEYWOOD; ROSE, 2014; RODRIGUEZ *et al.*, 2006; SVENSSON, 2005; TANZI, 1995). Ainda, a corrupção impõe custos não monetários na forma de atraso burocrático, maior dificuldade no processamento da informação e aumento da incerteza (HABIB; ZURAWICKI, 2002; LUO, 2011). Por outro prisma, é válido considerar que a presença de corrupção enfraquece as principais instituições sociais, como tribunais e agências reguladoras (DOH *et al.*, 2003) e influencia a distribuição de renda dentro de uma sociedade (JAIN, 2001), sendo que os mais pobres são os menos propensos a ter recursos para subornar (BARDHAN, 1997).

No que concerne às empresas, a corrupção inflige incertezas no ambiente de negócios, de vez que o setor privado se torna uma fonte de corrupção e práticas como o suborno são utilizadas para benefícios em contratos firmados com o governo. Desse modo, custos adicionais são atribuídos à corrupção, pois a prática de subornos torna-se semelhante a um imposto adicional pago pelas empresas (WEI, 2000), além de que a corrupção também leva a menores níveis de crescimento (FISMAN; SVENSSON, 2007).

Como citado, os efeitos da corrupção se disseminam por todo o mundo. Porém, são as populações de países mais pobres que apresentam maior vulnerabilidade a pedidos de propina (ABRAMO, 2005). Assim, mesmo que a corrupção exista em todos os lugares, algumas culturas são mais propensas a atos corruptos (BARKEMEYER; PREUSS; LEE, 2015). Países com leis bem aplicadas, um sistema judicial efetivo, boas normas de relatórios financeiros e com uma ampla disponibilidade de contadores tendem a apresentar níveis mais baixos de corrupção (KIMBRO, 2002).

Uma forma de aferir o nível de corrupção é o Índice de Percepção de Corrupção, que atualmente é o indicador de corrupção mais utilizado em todo o mundo. Este indicador classifica os países de acordo com os níveis percebidos de corrupção no setor público. A pontuação de um país ou território é indicada em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa que um país é percebido como altamente corrupto e 10 significa que o país é percebido como menos corrupto (ULMAN, 2014). Países altamente transparentes recebem escores mais elevados, enquanto países mais corruptos recebem menores pontuações (MAZZIONI, 2015).

O Índice de Percepção da Corrupção é elaborado pela Transparência Internacional, conhecida como uma coalizão global contra a corrupção cuja missão é parar a corrupção e promover transparência, responsabilidade e integridade em todos os níveis e em todos os setores da sociedade. Assim, os valores promovidos pela organização não governamental citada são transparência, responsabilidade, integridade, solidariedade, coragem, justiça e democracia (ULMAN, 2014).

Países mais prósperos têm maiores oportunidades de detectar a corrupção, de vez que o crescimento econômico fornece mais recursos ao governo por intermédio do recolhimento de tributos (KIMBRO, 2002). A tributação busca, além do financiamento das despesas públicas, contribuir para a redistribuição de renda, a estabilização econômica e a alocação de recursos, ao mesmo tempo em que apóia o crescimento econômico (STOILOVA, 2016).

O nível de tributação é uma decisão inerentemente política, pois envolve questões de equidade, justiça e bem comum (OCAMPO, 2015). Portanto, a política fiscal afeta

diretamente a competitividade das organizações de um país (ESNOLDE *et al.* 2009), visto que cada nação possui sua própria legislação fiscal, bem como suas próprias peculiaridades quanto aos tributos (CALDEIRA, 2006). Os efeitos da tributação na economia podem ser diretos ou indiretos, de curto ou longo prazo, temporários ou permanentes, sendo que a carga tributária escala a lista de prioridades das economias globais e é utilizada pelos governos na redução da dívida e déficits públicos (GONZÁLEZ, 2015).

Os estudos empíricos acerca da relação entre tributação e crescimento econômico são focados principalmente na obtenção de evidências em duas vertentes (i) impacto do nível dos impostos sobre o crescimento econômico e (ii) impacto da estrutura tributária sobre o crescimento econômico (STOILOVA, 2016). Acerca disso, considera-se que o crescimento econômico é o objetivo fundamental de uma sociedade, pois melhora o padrão de vida da população, auxilia na redução da pobreza a longo prazo, assegura uma economia estável e influencia os indicadores macroeconômicos (CASE; FAIR; OSTER, 2011).

Por outro lado, a carga tributária impacta a economia de quatro formas: (i) na inflação, pois mudanças nas taxas de impostos levam à mudança de preços, onde a forma como os preços e as quantidades de fatores de bens e serviços reagem a tais mudanças pode ser um aspecto importante da inflação de curto e médio prazos; (ii) na dinâmica de longo prazo da economia, tendo em vista que a estrutura do sistema fiscal determina a estrutura de incentivo para a atividade econômica; (iii) na taxa de crescimento potencial da economia e na capacidade da economia de se adaptar a intempéries, porque estas dependem, em grande parte, do nível e da estrutura dos impostos e (iv) no progresso tecnológico, na medida que afetam incentivos para as empresas investirem em pesquisa e desenvolvimento. Portanto, as reformas tributárias que reduzem as taxas de impostos geralmente reduzem as distorções na economia, contribuindo para a alocação eficiente de recursos e o crescimento econômico (GONZÁLEZ, 2015).

## 2.2 Estudos assemelhados

O tema ora abordado também foi objeto de pesquisas anteriores, cujos principais aspectos são evidenciados a seguir.

Boronenko e Lonska (2013) investigaram a relação entre o nível de competitividade alcançada por um país com a sua capacidade de crescimento. Para tanto, o objetivo do estudo consistia em analisar tal relação comparativamente a outros países e com estudos anteriores. Utilizaram como fonte de dados o relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o relatório de Competitividade Global do *World Economics Forum* dos anos de 2006 a 2012. A partir desses dados chegaram a uma conclusão estranha: que países com competitividade elevada possuem uma menor capacidade de crescimento econômico.

Palei (2014) pesquisou sobre os principais fatores e os respectivos graus de influência da infraestrutura na competitividade de um país. Para tanto, utilizou a análise de regressão múltipla para relacionar a competitividade com dez fatores constantes no Relatório de Competitividade Global. Os resultados do estudo mostraram que a competitividade é influenciada basicamente pelo nível de desenvolvimento institucional e outros sete fatores. Tais descobertas contribuem para a compreensão dos fatores-chave que determinam o crescimento econômico e oferecem aos decisores políticos e líderes empresariais uma ferramenta importante na formulação de melhores políticas econômicas e reformas institucionais.

Ulman (2014) pesquisou a influência da competitividade na corrupção de cada país, além de analisar a natureza desta influência. O período analisado foi 2012 e a amostra abrangeu 106 países. Os dados foram correlacionados, sendo o Índice de Percepção da Corrupção a variável dependente e o Índice de Competitividade Global (GCI) a variável

independente. Os resultados revelaram a existência de uma forte correlação entre os dois índices, além de inferir que a competitividade influencia significativamente a percepção de corrupção.

### 3 METODOLOGIA

No que tange aos aspectos metodológicos é possível caracterizar este estudo pelos ângulos do objetivo, da abordagem e do procedimento empregado. Quanto aos seus objetivos é classificável como pesquisa descritiva, pois envolve descrição, registro, análise e interpretação do fenômeno e, em sua maioria, se utiliza da comparação e contraste (SALOMON, 1999). No que concerne aos procedimentos pode ser compreendido como um estudo documental. Para Marconi e Lakatos (2003) a característica da pesquisa documental é que a fonte de dados está restrita a documentos escritos. A respeito da forma de abordagem do problema pode ser considerada uma pesquisa quantitativa porque, para Théóphilo e Martins (2009) uma pesquisa classifica-se como quantitativa quando pode organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar dados numéricos coletados.

Quanto à população pesquisada, esta compreendeu os países incluídos no Relatório de Competitividade Global emitido pelo *World Economics Forum* e o Relatório de Percepção da Corrupção elaborado pela organização não governamental *Transparency Internacional* no ano de 2016. Acerca disso convém esclarecer que foram excluídos da amostra os países que não continham as quatro variáveis pesquisadas (Índice de Competitividade Global, Índice de Percepção da Corrupção, Carga Tributária e Crescimento Econômico) e que, posteriormente, os países foram segregados por continentes. Com base nesses procedimentos a amostra final da pesquisa foi composta por 134 países (39 da Europa, 35 da África, 23 das Américas, 35 da Ásia e 2 da Oceania).

No passo seguinte foram selecionadas as métricas a serem consideradas para cada uma das variáveis escolhidas, conforme exposto no Quadro 1.

**Quadro 1 – Variáveis, métricas e fontes dos dados**

Variáveis	Métricas	Fontes dos dados	Fundamentação
Índice de Competitividade Global (GCI)	GCI = Escala de 0 a 7, sendo 0 para países com pouca competitividade e 7 para países altamente competitivos	<i>Transparency Internacional</i> (2016)	Voinescu e Moisoiu (2014)
Índice de Percepção da Corrupção (IPC)	IPC = Escala de 0 a 10, sendo 0 para países altamente corruptos e 10 para países com menor percepção da corrupção	<i>World Economics Forum</i> (2016)	Ulman (2014)
Crescimento Econômico (PIB per capita)	$\frac{\text{PIB per Capita} = \text{PIB Total do País}}{\text{População Total do País}}$	<i>World Economics Forum</i> (2016)	Schwab; Sala-I-Martin (2015)
Carga Tributária (%)	% de carga tributária do país	<i>World Economics Forum</i> (2016)	Esnoide <i>et al.</i> 2009; Gonzáles (2015)
Países do Continente Africano ( <i>Dummy_África</i> )	Países África: Sim = 1 Não = 0	<i>World Economics Forum</i> (2016)	<i>World Economics Forum</i> (2016)
Países do Continente Americano ( <i>Dummy_Americano</i> )	Países das três Américas: Sim = 1 Não = 0	<i>World Economics Forum</i> (2016)	<i>World Economics Forum</i> (2016)
Países do Continente Asiático ( <i>Dummy_Asiático</i> )	Países da Ásia: Sim = 1 Não = 0	<i>World Economics Forum</i> (2016)	<i>World Economics Forum</i> (2016)

Países do Continente Europeu ( <i>Dummy_Europeu</i> )	Países da Europa: Sim = 1 Não = 0	<i>World Economics Forum</i> (2016)	<i>World Economics Forum</i> (2016)
Países do Continente Oceania ( <i>Dummy_Oceania</i> )	Países da Oceania: Sim = 1 Não = 0	<i>World Economics Forum</i> (2016)	<i>World Economics Forum</i> (2016)

Fonte: elaborado pelos autores.

Convém esclarecer que a variável dependente do estudo corresponde ao Índice de Competitividade Global (ICG), enquanto que as variáveis explicativas consideradas foram os três fatores do ambiente institucional priorizados: o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), o crescimento econômico medido pelo PIB per capita e o percentual da carga tributária de cada país. Além disso, foram incluídas cinco variáveis *Dummy* para identificar os continentes nos quais os países abrangidos estão localizados.

Quanto à avaliação dos dados, inicialmente foi realizada a análise descritiva das principais variáveis de interesse da pesquisa. Na sequência passou-se às análises de correlação e de regressão linear múltipla, sendo que os referidos testes estatísticos foram efetuados utilizando o *software* estatístico SPSS (versão 22.0).

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foi aplicada a estatística descritiva nas variáveis “competitividade global”, “percepção da corrupção”, “carga tributária” e “crescimento econômico” dos países listados nos relatórios anuais do *World Economics Forum* e da *Tranparency Internacional*, segregados por continentes. Nesse sentido, na Tabela 1 estão representados os dados referentes ao continente africano.

**Tabela 1 – Estatística descritiva dos países do continente africano**

	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
Mínima	2,9	305	13,6	2
Máxima	4,5	15.233	72,7	6
Média	3,4	2.511	40,5	3,5
Desvio Padrão	0,4	3.138	15,1	1

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 1 que a competitividade global dos países africanos apresentou mínima de 2,9 (relacionada aos países Chade e Maurítânia) e valor máximo de 4,5 (República da Maurícia e África do Sul), sendo que a média deste continente situou-se em 3,4.

Quanto ao PIB per capita, para este indicador apurou-se que a África apresenta a menor média entre os continentes, com US\$ 2.511. Além disso, neste continente está localizado o país com o menor PIB per capita de todo o mundo (Burundi), com o valor de US\$ 305 por habitante. No que concerne à carga tributária nacional, a África é a região do globo que apresenta a terceira maior média (40,5%) entre os cinco continentes, enquanto que o país africano com maior carga tributária é a Argélia (com 72,7%).

No que tange à percepção da corrupção nos países africanos a média ficou no patamar de 3,5 e restou evidenciado que o país considerado menos corrupto neste continente é Botswana, com índice de percepção igual a 6. Por outro lado, no caso dos países considerados mais corruptos cabe citar o Chade e o Burundi, ambos com índice de percepção igual a 2.

Sobre o contexto deste continente convém salientar que o norte da África apresentava grande instabilidade em termos geopolíticos e econômicos, como efeitos secundários dos conflitos na Líbia e na Síria, o que afetava o progresso em toda a região. Nesse rumo, o continente africano possui as maiores disparidades quando comparado com as economias mais competitivas do mundo (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016).

No âmbito do continente americano os dados apurados pela estatística descritiva estão sintetizados na Tabela 2.

**Tabela 2 – Estatística descritiva dos países do continente Americano**

	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
Mínima	3,3	1.949	21,1	1,7
Máxima	5,7	55.805	83,7	8,2
Média	4,2	11.919	45,2	4,2
Desvio Padrão	0,5	12.901	15,7	1,7

Fonte: dados da pesquisa.

Com base nos resultados da Tabela 2 é possível deduzir que em termos do índice de competitividade global (GCI) a média ficou no nível de 4,2. Isso implica considerar que, entre os cinco continentes, o americano foi superior somente ao resultado médio da África. Ainda, ao aprofundar a análise constatou-se também que o país com menor competitividade é a Venezuela (índice de 3,3), enquanto que a nação com maior competitividade das Américas é os Estados Unidos (EUA), com 5,7 de GCI.

Quanto ao PIB per capita das Américas, coube à Nicarágua o posto de menor valor (US\$ 1.949) e aos EUA a melhor posição (com US\$ 55.805 por habitante). Entretanto, a média continental do PIB per capita corresponde a US\$ 11.919, cabendo destacar também que o desvio padrão do continente americano é bem maior na comparação com os países da África (US\$ 12.901 contra US\$ 3.138), o que indica uma disparidade maior nos países americanos.

No caso da carga tributária, o continente americano foi o que apresentou a maior média (com 45,2%), enquanto que coube à Bolívia o maior percentual neste critério (83,7%) e ao Canadá o menor percentual (21,1%). Por outro prisma, a percepção da corrupção pelos americanos indica que o país com menor corrupção é o Canadá (com índice de 8,2) e o país considerado mais corrupto (com índice de 1,4) é a Venezuela, enquanto que a média da percepção da corrupção permaneceu em 4,2 neste continente.

A respeito disso é válido mencionar que a maior dispersão dos dados encontrados para os países da América Latina refere-se ao pilar “Instituições”, conduzido pelos subpilares de ética e corrupção devido aos recentes escândalos divulgados no continente. Outra importante lacuna dos países da América Latina e Caribe que interfere na competitividade global destes países refere-se à sofisticação empresarial e inovação, infraestrutura e eficiência do mercado de trabalho. Ao inverso do ocorrido na América Latina e Caribe, os países da América do Norte apresentam avanço em tecnologia e fortalecimento na qualidade das instituições (WORLD ECONOMIC FÓRUM, 2016).

Na sequência do estudo foi analisado o desempenho do continente asiático, cujos resultados da estatística descritiva estão dispostos na Tabela 3.

**Tabela 3 – Estatística descritiva dos países do continente asiático**

	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
Mínima	2,7	751	8,7	1,4
Máxima	5,7	76.576	81,8	8,4
Média	4,5	14.879	32,1	4,3
Desvio Padrão	0,7	17.812	16,3	1,7

Fonte: dados da pesquisa.

O índice de competitividade global (GCI) atingiu média de 4,5 nos países asiáticos e ficou atrás apenas de Europa e Oceania. Quanto à *performance* por país, a nação com maior grau de competitividade é Singapura (5,7) e o país com pior desempenho foi o Yemen (2,7).

De modo análogo à situação percebida no continente americano, o PIB per capita africano também apresenta diferenças significativas entre a renda per capita da população dos diversos países. Por exemplo: no Nepal o PIB/habitante é de US\$ 751, enquanto que no Qatar

chega a US\$ 76.576. Outro parâmetro que apresenta elevada disparidade é a carga tributária, visto que o Brunei Darussalam é o país asiático com menor percentual de tributos (8,7%) e no Tajikistão este índice chega a 81,8% (o maior do continente).

Quanto à corrupção foi possível inferir que o país em que este fenômeno é mais percebido é o Yemen (com índice de 1,4). Por outro lado, Singapura pode ser considerado o país menos corrupto do continente asiático, pois coube-lhe o índice de 8,4 (enquanto que a média continental situou-se em 4,3).

As economias emergentes do continente, lideradas pela China, apresentaram uma modesta recuperação global desde a crise financeira. Com exceção da Malásia e da Tailândia, as economias asiáticas também tiveram grandes avanços na melhoria da governança e da redução da corrupção. Nessa direção, os pilares de tecnologia, infraestrutura, educação e saúde são vitais para impulsionar o crescimento econômico do continente (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016).

No que tange aos países europeus a realidade apurada neste estudo está descrita resumidamente na Tabela 4.

**Tabela 4 – Estatística descritiva dos países do continente europeu**

	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
Mínima	3,8	1.804	12,9	2,9
Máxima	5,8	101.994	64,8	9,0
Média	4,7	27.698	38,9	5,8
Desvio Padrão	0,6	26.094	0,8	1,9

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados citados mostram que a média da Europa no GCI ficou em 4,7 e equivale ao segundo melhor desempenho entre os cinco continentes. Em termos de países europeus foi constatado que a Suíça apresentou o melhor GCI (5,8) e a Bósnia Herzegovina ficou na última posição (com 3,8).

No que concerne ao PIB per capita, a partir da média de US\$ 27.698 apurou-se que a Europa também apresenta desvio padrão elevado para esta variável, sendo que o menor PIB per capita do continente coube à Moldávia (US\$ 1.804) e o maior valor refere-se a Luxemburgo (US\$ 101.994). Acerca do fator carga tributária, no período pesquisado a mais elevada do continente europeu foi a da Itália (64,8%), enquanto que a Macedônia apresentou a menor (12,9%) e a média europeia situou-se em 38,9%.

Quanto à percepção da corrupção pode-se destacar que o continente europeu apresentou um dos dois países menos corruptos do mundo, pois a Dinamarca (junto com a Nova Zelândia) teve índice igual 9,0 em 2016. Além disso, o menor índice encontrado refere-se à Rússia e à Ucrânia e a média de percepção da corrupção na Europa foi de 5,8. É válido destacar que, entre os dez países menos corruptos do conjunto em tela, sete são europeus.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2016), as economias europeias recuperaram-se da última crise financeira global de forma desigual e em toda a Europa o desempenho referente à inovação foi fraco, principalmente nos países do centro, sul e leste do continente. Por isso, acelerar os esforços de inovação é crucial para que o continente mantenha os níveis atuais de prosperidade. Outros fatores mencionados foram a recessão econômica e a crise institucional enfrentada por países como Rússia e Ucrânia, além dos escândalos financeiros ocorridos na Moldávia.

Passando para o continente da Oceania, os resultados identificados no estudo estão descritos na Tabela 5.

**Tabela 5 – Estatística descritiva dos países da Oceania**

	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
Mínima	5,2	37.044	34,3	7,9

Máxima	5,3	50.961	47,6	9
Média	5,3	44.002	41,0	8,5
Desvio Padrão	0,1	9.840	9,4	0,8

Fonte: dados da pesquisa.

No caso da Oceania, o número de países é pequeno comparado aos demais. Por isso, nesta pesquisa foram considerados apenas Austrália e Nova Zelândia, cuja média destas duas nações, em termos de GCI, posicionou-se no patamar de 5,3. Quanto ao PIB, a média das nações citadas chegou a US\$ 44.002, com mínima de US\$ 37.044 (Austrália) e máxima de US\$ 50.961 (Nova Zelândia). Por seu turno, o índice de percepção da corrupção médio ficou em 8,5, com a Austrália atingindo 7,9 e a Nova Zelândia chegando ao nível 9 no IPC (o melhor do mundo, junto com a Dinamarca).

#### 4.2 Correlações e regressões

Com o intuito de analisar de forma mais profunda a relação entre as variáveis consideradas nesta pesquisa foram aplicados os procedimentos estatísticos conhecidos como correlação de Pearson e coeficiente de correlação. Nesse sentido, na Tabela 6 são expostas as correlações de Pearson efetuadas a partir dos dados coligidos.

**Tabela 6 – Correlação de Pearson entre os grupos de variáveis da pesquisa**

Grupo de Variáveis	GCI	PIB per Capita	% Carga Tributária	IPC
GCI	1			
PIB per Capita	0,786**	1		
% Carga Tributária	-0,153	-0,200*	1	
IPC	0,848**	0,825**	-0,183*	1

\*\*Significância ao nível de 5% \*Significância ao nível de 10%

Fonte: dados da pesquisa.

A correlação, segundo Moore (2007), mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas. Nessa direção, os maiores graus de correlação foram encontrados entre as variáveis GCI e Índice de Percepção da Corrupção (0,848), seguida da correlação entre o PIB per Capita e o Índice de Percepção da Corrupção (0,825) e da correlação do Índice de Competitividade Global e o PIB per Capita (0,786). Estas três correlações podem ser classificadas como “fortes” e com grau de significância de 5%.

Ainda, a variável carga tributária apresentou correlação negativa fraca (e significativa em 10%) com as variáveis Índice de Percepção da Corrupção (-0,153) e PIB per Capita (-0,200). Uma parte desses resultados é consistente com o estudo de Ulman (2014), onde ficou evidenciada uma forte correlação entre corrupção e competitividade. Porém, diverge do estudo de Esnolde *et al.* (2009) que defendem que a política fiscal está diretamente vinculada à competitividade dos países.

Na sequência da análise foram avaliados os coeficientes de regressão, conforme exposto na Tabela 8.

**Tabela 8 - Coeficientes das regressões**

Variáveis	Coefficientes (estatística-t)
(Constante)	22,469***
IPC	8,504***
PIB per Capita	3,816***
Carga tributária	0,996
Dummy_África	1,956*
Dummy_Ásia	6,182***
Dummy_Europa	1,786*
Dummy_Oceania	-0,049
R <sup>2</sup> Ajustado	0,79

Durbin Watson	1,98
F-ANOVA	0,895
VIF/Tolerance	<10

\*\*\*Significativo a 1% \*\*Significativo a 5% \*Significativo a 10%.

Fonte: dados de pesquisa.

O coeficiente de regressão estima a média aritmética da variação prevista em  $Y$  para cada unidade de variação em um determinado fator, mantendo-se constante o efeito das outras variáveis  $X$ . Já o coeficiente de determinação múltipla ( $R^2$ ) representa a proporção da variação em  $Y$  que é explicada pelo conjunto de variáveis independentes (LEVINE *et al.*, 2012).

Assim, nota-se na Tabela 8 que o  $R^2$  ajustado foi de 79%, o que indica que 79% da variação da variável dependente é explicada pela variação das variáveis explicativas. A inexistência de multicolinearidade dos dados foi verificada por meio dos testes Tolerance (Tolerância) e VIF (Fator de Inflação da Variância), sendo o valor encontrado inferior a 10. Sobre isso, Gujarati (2006) e Hair *et al.* (2005) observam que quando os valores dos testes estão próximos da unidade (“1”) é indicativo de não detecção de multicolinearidade e valores entre “1” e “10” são classificados como multicolinearidade aceitável.

O teste de Durbin-Watson (DW), também conhecido como estatística  $d$  de Durbin-Watson, verifica a ausência de autocorrelação serial dos resíduos. O atendimento deste pressuposto ocorre quando os valores da estatística DW se posicionam próximos a 2 (GUJARATI, 2006). Ainda, a avaliação do pressuposto da distribuição normal dos resíduos foi executada por meio do teste Kolmogorov-Smirnov, considerando os resíduos padronizados da regressão. A normalidade da distribuição está presente quando a significância do teste for maior que  $\alpha$ , normalmente definida como 5% ou 1% (CUNHA; COELHO, 2012).

Destarte, os modelos econométricos utilizados na Tabela 8 atenderam aos pressupostos da multicolinearidade e da autocorrelação de resíduos. Contudo, o pressuposto não foi atendido em relação à normalidade dos resíduos, pois ficou abaixo da  $\alpha$  estimada em 5%. Entretanto, considerando o tamanho da amostra, este pressuposto pode ser relaxado (STEVENSON, 2001).

A variável *Dummy África* foi automaticamente excluída pelo *software* SPSS. Neste caso, conforme Field (2009), a cada estágio da análise de regressão o SPSS fornece um resumo de qualquer variável que ainda não foi adicionada ao modelo. Com isso, são excluídas as variáveis irrelevantes estatisticamente porque não alteram o resultado (KUBRUSLY, 2001).

Os valores citados na Tabela 8 também servem para apurar que a variável explicativa Índice de Percepção da Corrupção (IPC) apresenta-se estatisticamente significativa. Ou seja, o resultado do IPC foi de 8,504 e indica que a cada 1 ponto de acréscimo da competitividade, o IPC aumentará 8,504 pontos. Nesse caso é interessante salientar que a concepção da métrica do IPC é de que quanto maior este índice, menos corrupto é o país. Com isso, a variável IPC apurada neste estudo confirma a pesquisa de Ulman (2014), de que países classificados como altamente competitivos também são percebidos como menos propensos à corrupção e países classificados como menos competitivos são percebidos como sendo os mais corruptos.

Quanto à variável PIB per capita, utilizada neste estudo para representar o crescimento econômico, foi encontrada tendência estatisticamente significativa (3,816) quando confrontada com a competitividade. Sendo assim, a cada acréscimo de 1 ponto do indicador competitividade, o PIB per capita aumentará U\$\$ 3,816. O crescimento econômico depende principalmente da abundância de recursos ou insumos e da utilização eficiente destes, além de depender de avanços tecnológicos e boa governança (DELIKTAS; GUNAL, 2015). Maiores ganhos de crescimento são obtidos através de melhorias na produtividade, que podem ocorrer através de uma variedade de canais, como a difusão de tecnologia e a inovação (KIM; LIN, 2009), o desenvolvimento financeiro (AGHION *et al.*, 2005), a governança e as

configurações institucionais nacionais (MCMILLAN; VERDUZCO, 1986; HALTIWANGER, 2011). De acordo com Lopez-Claros *et al.* (2007), o Índice de Competitividade Global pode determinar o nível de crescimento econômico de uma nação. Nesse rumo, uma economia mais competitiva apresenta tendência de crescimento mais rápido ao longo do tempo (SCHWAB; SALA-I-MARTIN, 2015).

Em razão da falta de significância estatística da variável carga tributária, conforme delineado na Tabela 8, infere-se que na amostra pesquisada tal fator não influenciou na competitividade dos países abrangidos. Portanto, os resultados encontrados nesta pesquisa divergem daqueles apresentados por Esnoide *et al.* (2009), pois estes desumiram que a política fiscal afeta diretamente a competitividade das organizações de um país.

No que tange às variáveis *Dummy* pode-se identificar que os continentes americano, asiático e europeu foram estatisticamente significativos em relação à competitividade, o que não ocorreu no caso dos dois países da Oceania.

## 5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo verificar a relação entre determinados fatores do ambiente institucional e o indicador de competitividade global (GCI) no ano de 2016 de 134 países listados no Relatório de Competitividade Global e no Índice de Percepção da Corrupção no ano de 2016.

Acerca disso, os autores consideram que tal objetivo foi atendido de vez que os fatores do ambiente institucional “corrupção” e “PIB per capita” apresentaram relação significativa com a competitividade global. Para chegar a essa conclusão foi utilizado o “Índice de Competitividade Global (GCI)” como variável dependente, enquanto que como variáveis explicativas do ambiente institucional foram utilizados o “Índice de Percepção da Corrupção (IPC)”, o “PIB per Capita (US\$)” e a “carga tributária do país (em %)”.

Quanto à correlação entre as variáveis pesquisadas constatou-se que o maior grau de correlação ocorreu entre a competitividade global e a percepção da corrupção (0,848\*\*). Ou seja, quando o índice de competitividade global cresce 1 ponto, o índice de percepção da corrupção cresce 0,848 ponto. Como a métrica utilizada pelo Índice de Percepção da Corrupção indica que quanto maior o índice menos corrupto é o país, dessume-se que maiores níveis de competitividade tendem a reduzir a corrupção. Tal desempenho foi seguido da correlação entre a competitividade global e o PIB per capita (com 0,786\*\*), enquanto que foi identificada também uma correlação significativa entre a corrupção e o PIB per capita (índice de 0,825\*\*).

Porém, a variável carga tributária apresentou-se estatisticamente insignificante quando correlacionada à competitividade, porque ao correlacioná-la ao GCI foi percebido grau de correlação de -0,153. Além disso, com a variável PIB per capita a correlação da carga tributária foi de -0,200\* e com grau de significância 10%, o que pode ser considerado uma correlação negativa e fraca. Desse modo, há indícios de que quando o PIB per capita cresce 1,0 ponto a carga tributária decresce (-0,200).

Através da regressão linear múltipla desumiu-se nesta pesquisa que a competitividade é estatisticamente significativa quando relacionada com a corrupção. Portanto, pode-se inferir que países com maior grau de competitividade estão menos propensos à corrupção, o que corrobora com os achados de Ulman (2014). Ainda, concluiu-se que a variável PIB per capita também se apresentou estatisticamente significativa em relação à competitividade, o que se coaduna com o posicionamento de Lopez-Claros *et al.* (2007) no sentido de que o Índice de Competitividade Global pode determinar o nível de crescimento econômico de uma nação.

Por último, no que tange à variável carga tributária restou demonstrado que a correlação desta com a competitividade é insignificante do ponto de vista estatístico. Isso

permite concluir que a carga tributária não tem influência relevante sobre a competitividade e contradiz a conclusão de Esnolde *et al.* (2009), que defendem a vinculação desses fatores.

Por outro ângulo, é interessante salientar que quando as variáveis *Dummy* foram utilizadas para apurar os coeficientes de regressões constatou-se que os continentes americano, asiático e europeu apresentaram-se estatisticamente significantes quando relacionados à competitividade. No caso do continente da Oceania, a regressão apresentou coeficiente insignificante, enquanto que *Dummy\_Africa* foi automaticamente excluída pelo *software SPSS*.

Quanto às contribuições esta pesquisa cabe destacar que esta consiste basicamente em identificar a relação da competitividade global com determinados fatores do ambiente institucional dos países listados no Relatório de Competitividade Global e no Índice de Percepção da Corrupção. No entanto, esses resultados devem ser analisados com cautela, já que existem outras variáveis que interferem na competitividade de um país (como a inovação e infraestrutura).

No que tange às limitações do estudo é interessante evidenciar que para este trabalho foram utilizados apenas três fatores do ambiente institucional (corrupção, PIB per capita e carga tributária), o que circunscreve as conclusões a este grupo restrito e ao contexto atrelado ao ano de 2016. Por outro prisma, o índice de competitividade global é amplo e explora doze pilares que, entretanto, não foram individualmente considerados no estudo (que priorizou o índice “geral”). Como recomendações para outros estudos sugere-se a diversificação das variáveis e dos métodos estatísticos empregados porque a competitividade é complexa e tende a ser composta por diferentes fatores que englobam diversas outras possibilidades de mensuração.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 73, p. 33-37, 2005.
- AGHION, P.; HOWITT, P.; MAYER-FOULKES, D. The effect of financial development on convergence: theory and evidence. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 120, n. 1, p. 173-222, 2005.
- AMEIXEIRA, M. P. **Economia da corrupção e crescimento econômico: uma proposta de sistematização**. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Universidade de Porto, Porto, 2013.
- BARDHAN, P. Corruption and development: a review of issues. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 3, p. 1320-1346, 1997.
- BARKEMEYER, R.; PREUSS, L.; LEE, L. Corporate reporting on corruption: an international comparison. **Accounting Forum Elsevier**, v. 39, n. 4, p. 349-365, 2015.
- BORONENKO, V.; LONSKA, J. Rethinking territory development in global comparative researches. **European Scientific Journal**, v. 9, n. 10, p. 1030-1036, 2014.
- CALDEIRA, L. M. **Impactos dos tributos sobre a renda na geração de valor das empresas: um estudo comparativo internacional**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.
- CASE, K. E.; FAIR, E.; OSTER, S. C. **Principles of Microeconomics**. 10 ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2011.
- CLAUSING, K. A. Competitiveness, tax base erosion and the essential dilemma of corporate tax reform. **BYU Law Review**. v. 2016, n. 6, p. 1649-1679, 2016.
- CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. D. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas, 2012.

- DELIKITAS, E.; GÜNAL, G. G. Economic growth and input use efficiency in low, upper-middle and high income countries (1991-2011): a data envelopment analysis. **Procedia Economics and Finance**, v. 38, p. 308-317, 2016.
- DOH, J. P.; RODRIGUEZ, P.; UHLENBRUCK, K.; COLLINS, J.; EDEN, L. Coping with corruption in foreign markets. **The Academy of Management Executive**, v.17, n.3, p.114-127, 2003.
- ESNOLDE, A. L.; GALLO, F. M.; PARISI, C.; PEREIRA, C.A. Percepção dos controllers em relação à gestão tributária. **Anais... 9º Congresso USP de Controladoria e Finanças**. São Paulo – SP, 2009.
- FAGERBERG, J. Technology and international differences in growth rates. **Journal of Economic Literature**, v. 32, n. 3, p. 1147-1175, 1994.
- FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS-2**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- FISMAN, R.; SVENSSON, J. Are corruption and taxation really harmful to growth? Firm level evidence. **Journal of Development Economics**, v. 83, n. 1, p. 63-75, 2007.
- GONZÁLES, J. M. Taxation, tax reform and monetary policy. **European Central Bank. Madri**, 13 may 2005. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu>>. Acesso em: 07 set. 2017.
- GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HABIB, M.; ZURAWICKI, L. Corruption and foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, v. 33, n. 2, p. 291-307, 2002.
- HAIR, JR. J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos e métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HALTIWANGER, J. Globalization and economic volatility. In: BACCHETTA, M.; JANSEN, M. **Making globalization socially sustainable**. Geneva: World Trade Organization, 2011.
- HEYWOOD, P. M.; ROSE, J. Close but no cigar: the measurement of corruption. **Journal of Public Policy**, v.34, n.3, p. 507-529, 2014.
- KIM, D. H.; LIN, S. C. Trade and growth at different stages of economic development. **Journal of Development Studies**, v. 45, n. 8, p. 1211-1224, 2009.
- KIMBRO, M. B. A cross-country empirical investigation of corruption and its relationship to economic, cultural, and monitoring institutions: An examination of the role of accounting and financial statements quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v.17, n.4, p.325-350, 2002.
- KUBRUSLY, L. S. Um procedimento para calcular índices a partir de uma base de dados multivariados. **Pesquisa Operacional**, v. 21, n. 1, p. 107-117, 2001.
- LAMBSDORFF, J. G. The transparency international corruption perceptions index 1999: framework document. Transparency International, Berlin, 08 out 1999. Disponível em: <<http://www.icgg.org>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D.; KREHBIEL, T. C. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- LUO, Y. Strategic responses to perceived corruption in an emerging market: lessons from MNEs investing in China. **Business & Society**, v.50, n.2, p. 350-387, 2011.
- MACERINSKIENE, I.; SAKHANOVA, G. National economy competitiveness of Kazakhstan Republic. **Engineering Economics**, v. 22, n. 3, p. 292-299, 2011.
- MCMILLAN, M.; VERDUZCO, I. New evidence on trade and employment: an overview. **Trade and Employment**, v.1994, p. 23, 1986.
- MAZZIONI, S. **Influência do grau de internacionalização das empresas na relação entre as normas reguladoras e os incentivos empresariais com a qualidade das informações contábeis**. 2015. 421 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.
- MOORE, D. S. **The basic practice of statistics**. New York: Freeman, 2007.

- NICOLETA, J. C.; ALEXANDRU, B. Perception of global competitiveness in the context of sustainable development: the cases of Romania and Bulgaria. **Economy Series**, v.1, n.1, 2015.
- OCAMPO, J. A. Why we must reform global taxation to fund development. Project Syndicate. New York, 08 jul 2015. Disponível em: <<http://www.weforum.org>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- PADILLA S. A. J. Uso de variables de actividad económica en la estimación del PIB per cápita microterritorial. **Cuadernos de Economía**, v.34, n. 65, p. 349-376, 2015.
- RODRIGUEZ, P.; SIEGEL, D. S.; HILLMAN, A.; EDEN, L. Three lenses on the multinational enterprise: politics, corruption, and corporate social responsibility. **Journal of International Business Studies**. v. 37, p.733–746, 2006.
- ROHWER, A. Measuring corruption: a comparison between the transparency international's corruption perceptions index and the world bank's worldwide governance indicators. **CESifo DICE Report**. v.7, n.3, p.42-52, 2009.
- SALA-I-MARTIN, X.; OSORIO, B. B.; BLANKE, J.; HANOUIZ, M. D.; GEIGER, T.; KO, C. The Global Competitiveness Index 2013–2014: sustaining growth, building resilience. **The Global Competitiveness Report**, v.2014, p.3-52, 2013.
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins, 1999.
- SCHWAB, K.; SALA-I-MARTIN, X. **The Global Competitiveness Report**, 2015.
- SCOTT, W. R. Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists. In: WILLIAMSON, O. (Ed.). **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond**. New York: Oxford University Press, 1995.
- SHARMA, U.; LAWRENCE, S. Power, politics and privatization: a tale of a telecommunications company. **Critical perspectives on accounting**, v.28, p.13-29, 2015.
- STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.
- STOILOVA, D. Tax structure and economic growth: evidence from the European Union. **Contaduría y Administración**, v. 62, n. 3, p. 1041-1057, 2017.
- TANZI, V. Corruption: arm's-length relationships and markets. **The Economics of Organized Crime**, p.161-180, 1995.
- THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. de A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ULMAN, S. R. The impact of the national competitiveness on the perception of corruption. **Procedia Economics and Finance**, v.15, p.1002-1009, 2014.
- VERSPAGEN, B. A new empirical approach to catching up or falling behind. **Structural Change and Economic Dynamics**, v.2, n.2, p.359-380, 1991.
- VOINESCU, R.; MOISOIU, C. Competitiveness, theoretical and policy approaches: towards a more competitive EU. **Procedia Economics and Finance**, v. 22, p. 512-521, 2015.
- WEI, S. J. How taxing is corruption on international investors. **The Review of Economics and Statistics**, v.82, n.1, p.1-11, 2000.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2016-2017**. New York, Oxford University Press, 2016
- YANG, Y. The governance of corruption in an international vision. **Canadian Social Science**, v.10, n. 4, p. 54, 2014.